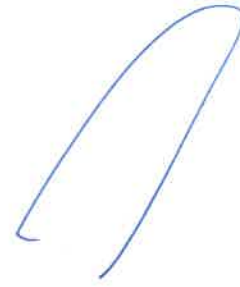




MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

Nº 099/2022



Joaquim Cesário Cardador dos Santos, Presidente da Câmara Municipal do Seixal

Torna público, em cumprimento do disposto no art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, o **despacho n.º 430-VBS/2022 de 12 de abril**:

“Processo n.º 1239.AMB/DFM/2017

Posse administrativa

(Nos termos e para os efeitos das normas constantes artigo 51.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal e nos artigos 7.º, 112.º, n.º 1, alínea d), 124.º, n.º 1, alínea a), e 175.º e ss. do Código do Procedimento Administrativo)

BRUNO FILIPE VENTURA SANTOS, Vereador do Pelouro do Desporto, Habitação, Ambiente e Fiscalização, no uso da competência delegada por força do Despacho nº 1678-PCM/2021, de 22 de outubro, o qual foi publicado mediante afixação do Edital n.º 262/2021, de 02 de novembro, considerando que

- a) Na sequência de reclamação apresentada nos serviços municipais orgânica e materialmente competentes, verificou a Divisão de Fiscalização Municipal, através da realização de ação de fiscalização, a existência de um lote de terreno vedado, com uma grande carga combustível, com vegetação arbustiva densa, vegetação ornamental e de fruto a necessitar de poda, e dado a proximidade da habitação vizinha a mesma encontra-se com o telhado completamente coberto de vegetação, estando o lote em estado de abandono. De referir que estes encontram-se em terreno privado;
- b) Mostra-se imperioso e se reveste de interesse público a limpeza do referido terreno que, como descrito em parágrafo precedente, representa um perigo atual e iminente de produção de danos de natureza pessoal ou patrimonial;
- c) Nesta conformidade, e por se desconhecer os proprietários, detentores e possuidores do referido lote, foi afixado, em 26/09/2019, o Edital Nº 244/2019, de 21 de agosto, dando conhecimento do teor do Despacho Nº 2826-PCM/2018, de 21 de novembro, relativo a Audiência Prévia;
- d) Decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis, para efeitos de audiência prévia, não foi rececionada qualquer resposta;
- e) Em 09/01/2020, em nova ação de fiscalização ao local, verificou-se que o terreno não foi alvo de limpeza e desmatção;
- f) Neste seguimento, foi afixado em 10/10/2020 o Edital Nº 159/2020, de 06 de outubro, dando conhecimento do teor do Despacho Nº 047-VJCG/2020, de 29 de janeiro, relativo a Decisão Final;
- g) Em ação de fiscalização ao local, em 01/07/2021, confirmou-se a falta de limpeza e desmatção do terreno;
- h) Em ação de fiscalização ao local, em 11/01/2022, verificou-se que o terreno continua a necessitar de limpeza e desmatção;



**MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL**

i) O artigo 51.º, n.ºs 1 e 3, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal, dispõe que, sempre que razões do interesse público municipal ou interesses ponderosos de particulares se mostrem colocados em crise, nomeadamente por motivos relacionados com higiene, limpeza, segurança ou risco de incêndio, ou que comprometa infraestruturas, poderá ser, perante a não observância de ato administrativo anteriormente praticado e que tenha por conteúdo decisão conducente à eliminação dos pressupostos que presidiram à sua produção, determinada a realização coerciva daquele,

repercutindo-se os encargos financeiros que lhe estiverem inerentes na esfera jurídica do(a) titular de direito real, da posse ou outro direito incidente sobre o prédio;

j) A posse administrativa do referenciado terreno de natureza privada identificado supra se assume, assim, como indispensável para proceder-se à execução dos trabalhos, havidos como tecnicamente adequados, que estão na génese do risco de lesão de danos patrimoniais e/ou pessoais;

l) Mostrando-se urgente a prática do ato administrativo determinativo da posse administrativa, atendendo à fatualidade descrita, nomeadamente a respeitante ao risco intenso de produção de danos patrimoniais e/ou pessoais, dispensar-se-á a realização da audiência prévia de interessados, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo.

Determina-se, pois, que, configurando-se um perigo real, concreto e iminente de produção de lesões em bens jurídicos de terceiros, se proceda, com respaldo no artigo 51.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal e nos artigos 7.º, 112.º, n.º 1, alínea d), 124.º, n.º 1, alínea a), e 175.º e ss. do Código do Procedimento Administrativo, à posse administrativa – e pelo prazo estritamente necessário, a partir do dia 21 de abril de 2022 – do terreno sito na Avenida Vinte e Cinco de Abril, n.º 126, Santa Marta de Corroios, Amora, que permita o acesso para execução dos trabalhos que se revelem tecnicamente adequados à eliminação dos riscos de danos de índole pessoal ou patrimonial, nomeadamente mediante a limpeza do terreno privado em questão. Mais determino que do presente se faça publicitação em Edital, o qual produz efeitos imediatos. Cumpra-se observando as formalidades legais.

Seixal, 12 de abril de 2022

O Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Cesário Cardador dos Santos.